



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS
CAMPUS VI POETA PINTO MONTEIRO**

ARIELLE DA SILVA CLEMENTINO

**ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA: UM ESTUDO DAS TRES CIDADES
CIRCUNZINHAS DO CARIRI OCIDENTAL PARAIBANO.**

MONTEIRO-PB

2023

ARIELLE DA SILVA CLEMENTINO

**ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA: UM ESTUDO DAS TRES CIDADES
CIRCUNZINHAS DO CARIRI OCIDENTAL PARAIBANO.**

Trabalho de Conclusão de Curso Artigo apresentado a Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Tributos, Impostos, distribuição.

ORIENTADOR: Prof. Gilberto Franco de Lima Junior

MONTEIRO-PB

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C626a Clementino, Arielle da Silva.
Arrecadação tributária [manuscrito] : um estudo das três cidades circunvizinhas do Cariri ocidental paraibano / Arielle da Silva Clementino. - 2023.
27 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2023.

"Orientação : Prof. Me. Gilberto Franco de Lima Júnior ,
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCHE. "

1. Imposto municipal. 2. Contribuições tributárias . 3.
Arrecadação tributária . 4. Políticas públicas. I. Título

21. ed. CDD 657.46

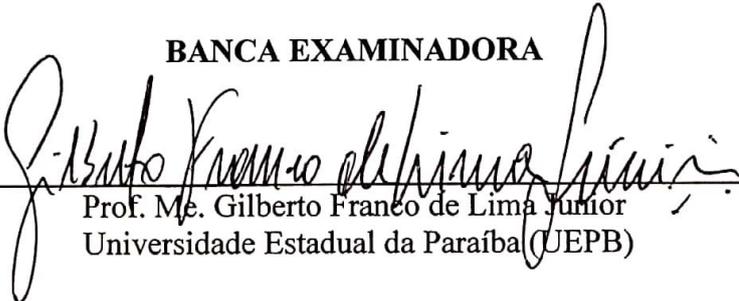
ARIELLE CLEMENTINO DA SILVA

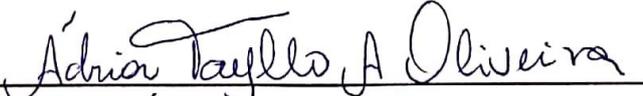
**ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA: UM ESTUDO DAS TRÊS CIRCUNVICINHAS
DO CARIRI OCIDENTAL PARAIBANO**

Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo apresentado a Coordenação
do Curso de Ciências Contábeis da
Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Ciências
Contábeis.

Aprovado em: 26 / 06 / 2023.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Me. Gilberto Franco de Lima Junior
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. Adria Tayllo Alves Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Professora Me. Mauricéia Carvalho do Nascimento
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA.....	7
2.1. Sistema Tributário Nacional (STN).....	7
2.2 DEFINIÇÃO DE TRIBUTOS.....	8
2.3. Orçamento Público.....	9
2.4. Receita Tributária Municipal	9
2.5. Cariri Ocidental	10
2.6. As Três Cidades Vizinhas.....	11
3. METODOLOGIA.....	11
3.1 População e Amostra	12
3.2 Coleta de Dados.....	12
4. TRATAMENTO DOS DADOS	12
4.1. Perfil da Amostra	12
4.2 Dados Objetivos da Pesquisa	14
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERENCIAIS	22
AGRADECIMENTOS	27

RESUMO

O presente trabalho consistiu em identificar a percepção dos cidadãos dos municípios de Monteiro, Sumé e Serra Branca, com relação a destinação dos impostos municipais. O trabalho se caracterizou com uma metodologia descritiva qualitativa, realizou-se um questionário por meio do *GoogleForms*, com a quantidade de 163 respostas, foi utilizado também acessibilidade para a aplicação do mesmo nos três municípios pertencentes ao cariri ocidental onde questionou com a problemática, como os cidadãos enxergam o retorno das suas contribuições para a sociedade, no gráfico 08 obteve a resposta da pergunta, na qual a maioria não vê retorno. As análises da pesquisa resultaram na consistência de que dentre a arrecadação e a distribuição não satisfaz a população, as gestões e políticas públicas, em conjunto com a falta de conhecimento e interesse das pessoas em ir em busca de informações e notícias sobre questões tão importante como as políticas públicas no país contribuem para que os resultados negativos na maioria dos questionamentos. No que tange aos portais de transparências das prefeituras verificou-se uma carência de informações no portal de transparência da prefeitura de Sumé- PB, assim, dificultando o acesso dos seus dados.

Palavras chaves: Impostos, Contribuições, Tributos.

ABSTRAT

This study aimed to identify the perception of citizens in the municipalities of Monteiro, Sumé, and Serra Branca regarding the allocation of municipal taxes. The study was characterized by a qualitative descriptive methodology, a questionnaire was conducted through Google Forms, with 163 responses, accessibility was also used to apply it in the three municipalities belonging to the western cariri where it was questioned with the problem, how citizens see the return of their contributions to society, in graph 08 the answer to the question was obtained, in which most do not see a return. The research analyses resulted in the consistency that among collection and distribution does not satisfy the population, management and public policies, together with the lack of knowledge and interest of people in seeking information and news about issues as important as public policies in the country contribute to negative results in most questions. Regarding the transparency portals of the city halls, a lack of information was found on the transparency portal of the city hall of Sumé-PB, thus making it difficult to access its data.

1. INTRODUÇÃO

O sistema brasileiro de arrecadação de tributos teve uma reforma em 1960, havendo outra entre 1987 e 1988. Entretanto, a que mais faz sentido e tem maior aplicabilidade é a da década de 60. Mas, análogo nesse aspecto a uma máquina, o sistema tributário sofre desgaste ao longo do tempo, tendo sua capacidade de adaptação reduzida. Além disso, alterações profundas no ambiente econômico podem exigir ajustes que transcendem a capacidade de adaptação da estrutura tributária básica, requerendo sua modificação.

Por isso, vez por outra, a tributação precisa sofrer importantes alterações concentradas em um curto espaço de tempo. Não obstante as revisões ocorridas cotidianamente, o costume reservou a expressão “reforma tributária” para fazer referência a tais descontinuidades do processo de evolução. (VARSANO, 2002).

A natureza jurídica das obrigações tributárias está diretamente ligada ao fato gerador e à lei, que são as fontes da obrigação tributária. A lei é a fonte formal e o fato gerador a fonte material e ambas são indispensáveis no contexto dessas obrigações. SILVA (2017). De ciência da maior parte da população todo cidadão tem o dever de pagar suas contribuições, sejam elas indireta ou diretamente.

Com isso os municípios ficam encarregados de pôr em prática a cobrança e distribuição para bem e serviços da população. O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil é cerca de 33% então levando em consideração a renda e economia do país, o Brasil apesar de ter uma carga tributária alta, não é líder no ranking da arrecadação tributária. Através de pesquisas constatou-se que os tributos mais arrecadados no Brasil são, COFINS, PIS/Pasep, IOF, e Imposto de Renda das pessoas jurídicas Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido. Em 2018 o Brasil era o 30º país com maior carga tributária do mundo e com o pior índice de aproveitamento para o bem-estar da população.

SILVA (2017) afirma que a função social do tributo está relacionada com o bem comum, a justiça e a igualdade social, através de instrumentos que possam satisfazer os interesses dos contribuintes. Diante do exposto, o presente estudo buscou responder a seguinte questão de pesquisa: **Qual a percepção dos cidadãos dos municípios de Monteiro, Sumé e Serra Branca, com relação ao destino dos impostos?**

De frente a essa questão a pesquisa teve como objetivo geral, identificar a percepção dos cidadãos dos municípios de Monteiro, Sumé e Serra Branca, com relação a destinação dos impostos municipais.

- Caracterizar o perfil dos cidadãos;
- Conhecer a percepção dos municípios sobre a destinação dos impostos;
- Identificar se os portais das prefeituras publicam detalhadamente e de forma clara esses dados.

O presente estudo justifica-se pela relevância, uma vez que visou fazer com que a sociedade civil tenha entendimento sobre arrecadação, aplicação e transparência advindos de suas contribuições de competência municipal como evidenciar o baixo grau de conhecimento dos cidadãos sobre a temática trabalhada sendo essa de grande importância, evidenciando também de forma paralela o processo de *Accountability* aplicado pelos municípios analisados através dos Portais de Transparência, ferramenta indispensável no setor contábil do campo das áreas públicas. Entendesse o porquê da cobrança desses impostos, para onde é destinado e

como é feita sua distribuição e com a intenção de aprofunda e elevar os estudos sobre essa temática no estado da Paraíba, mais especificadamente no interior do cariri ocidental, a pesquisa foi elaborada com muita dedicação e estudos.

A produção científica precisa fornecer informações e estudos cujo conteúdo possa tornar- lá um bem de utilidade acadêmica e não acadêmica, ou seja, além de contribuir no meio acadêmico como ferramenta para novos olhares e metodologias, também é preciso que o estudo seja relevante para ambientes, agregando valor e conhecimento, THEDORICO (2019).

O artigo foi organizado em cinco partes. Na introdução descreve a contextualização, objetivos e relevância da pesquisa. A segunda parte trata-se do referencial teórico. Na terceira relata-se a metodologia. Na quarta são apresentados os resultados da pesquisa de campo, e por último, na quinta parte serão feitos as considerações finais e sugestões para pesquisar futuras.

O estudo contribui tanto para o âmbito acadêmico quanto profissionais de contabilidade, quanto para a sociedade em geral e empresariado, pois através deste estudo terão uma visão de como as informações dos tributos, qual a visão e grau de conhecimento os contribuintes têm acerca da arrecadação e destinação.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Sistema Tributário Nacional (STN)

A Constituição Federal Brasileira (CFB) de 1988 discrimina nossos direitos e deveres, as obrigações da nação, dos estados e dos municípios, a forma de arrecadação e de execução dos recursos disponíveis de forma transparente e correta. Visando a harmonização e a padronização para melhoria da gestão administrativa, a regulação da instituição, a cobrança, a arrecadação e a partilha de tributos, o Sistema Tributário Nacional surge, se entrelaçando com suas normas, dispositivos e excesso de burocracia que facilmente poderia ser assimilada pela praticidade e rapidez da tecnologia. No art. 145 da CFB mostra a competência da União, Estados, O Distrito Federal e Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I- Impostos

II - Taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;

Obeidat e Momani (2009), relatam que a legislação tributária atua como um estímulo ou desestímulo dos contribuintes, é necessário distinguir a aparente eficiência de um sistema tributário de como ele realmente é percebido pelos contribuintes. E o dever do cidadão de pagar tributos tem uma pequena relação com a noção de cidadania.

Harada (1988) define o sistema tributário como sendo um conjunto de normas constitucionais de natureza tributária, inserido no sistema jurídico global, formado por um conjunto unitário e ordenado de normas subordinadas aos princípios fundamentais,

reciprocamente harmônicos, que organiza os elementos constitutivos do Estado, que outra coisa não é se não a própria Constituição.

Diante do exposto acima, a forma como todos os elementos constituídos para fazer com que o país tenha uma melhor eficiência em promover e desenvolver benefícios capazes de tornar digna de viver e trazendo um pouco mais de delimitação. Os gastos dos municípios, são dever de extrema importância para o olhar público e particular, sobretudo é importante citar as gestões parlamentares exercem com frieza a função dada a eles.

Junior Menin (2021) explana que a tributação garante ao Estado os recursos necessários para a prestação dos serviços públicos e, em última análise, para a defesa dos direitos individuais, sendo, portanto, um ônus legítimo, decorrente do pacto social. Cabendo também ao Estado desenvolver e implantar um sistema tributário justo, neutro e simples, bem como capaz de gerar recursos necessários para fazer face às despesas públicas.

Para organizar estados e municípios é preciso ter gastos, com isso a contribuição faz seu papel, a sociedade paga seus impostos e assim gera recursos para a distribuição adequada e justa para todos, isso é dever do governo embora haja controvérsias sob o âmbito sobre tais destinação da verba pública conforme a legislação.

2.2 DEFINIÇÃO DE TRIBUTOS

Os impostos são objetivamente uma forma das pessoas jurídicas e físicas de serem cobradas pelo bem ou serviço adquirido, como o nome mesmo diz, é “imposto” pela constituição de forma legal, apesar da sua alta porcentagem.

Diante disso, existe Vários são as modalidades de impostos, dentre as quais, relaciona as seguintes: causa mortis; de consumo; de importação e exportação; de indústria e profissão; de licença; de selo; direto; extraordinário; indireto; ordinário pessoal; progressivo; proporcional; real; sindical; sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA); sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU); sobre a propriedade territorial rural (ITR); sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR); sobre grandes fortunas; sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativos a títulos ou valores mobiliários (IOF); sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS); sobre produtos industrializados (IPI); sobre propriedade territorial rural (ITR); sobre serviços de qualquer natureza (ISS); sobre transmissão 'causa mortis' e doação; e, sobre transmissão 'Inter vivos' de imóveis. " (SILVA apud GUIMARÃES, 2010).

No tocante da taxa existente no Brasil e como funcionam. É uma parte do tributo, como citado acima. A taxa é uma espécie tributária cuja cobrança é vinculada a uma atuação estatal. Prevista no art. 145, II, da Constituição Federal de 1988, o tributo em estudo caracteriza-se por sua natureza vinculada e pela referibilidade que a atuação estatal deve guardar com o contribuinte.

A Constituição estabelece que a taxa pode ser exigida em decorrência da utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ou colocado à disposição do usuário ou, ainda, em razão do exercício do poder de polícia. Nesse cenário, cumpre especificar as materialidades das taxas, a partir de seu contorno constitucional. O estudo se dará por meio da análise de cada critério da regra matriz de incidência tributária deste tributo, denotando o seu conteúdo e trazendo à baila as principais discussões sobre o tema nas Cortes Superiores. PUCSP (2019, p.02).

A contribuição de melhoria é um dos mais importante para o município, trata-se de um tributo que abrange a valorização do imóvel privado a nível público, ou seja, um imóvel que ao ter contribuição de melhoria do estado, distrito federal ou âmbito municipal é cobrado um tributo sobre ele. Para melhor entendimento, SILVA (2017) resulta que assim, percebe-se que o fato gerador da taxa de melhoria é a valorização do imóvel do qual o contribuinte é proprietário. Assim, quanto mais valorizada e importante for a obra pública, maior será a valorização do imóvel em decorrência dessa obra.

Quando do cálculo da contribuição de melhoria, leva-se em consideração todos os beneficiados, entre os quais o custo total da obra é rateado. Deve-se também registrar que os requisitos mínimos a serem observados pela lei instituidora da contribuição de melhoria, encontram-se estabelecidos no art. 82, do CTN. O empréstimo compulsório e contribuições especiais em resumo é um tributo específico para a união e por esse motivo não é maior relevância adentrar para este artigo.

2.3. Orçamento Público

O modelo orçamentário brasileiro é estabelecido na Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que determinam o funcionamento e distribuição adequada dos recursos financeiros, delimitando suas prioridades, programas e ações. Contudo, é válido ressaltar que, mesmo com a imposição de leis de orçamento e princípios orçamentários, a má administração dos recursos públicos é uma problemática presente que interfere na qualidade da gestão pública e, conseqüentemente na satisfação coletiva. Se os mecanismos utilizados são falhos, as conseqüências vêm a longo prazo, perduram por anos e interferem em todo novo planejamento orçamentário. (SBAP, 2022).

Quirino, (2019) diz que o Controle Interno é uma forma de monitoramento e avaliação das ações realizadas nos municípios para que se possa ter mais eficiência e eficácia nas ações e para evitar fraudes, avaliando os atos da Administração Pública e seus resultados.

2.4. Receita Tributária Municipal

Ferreira (2021) acrescenta e diz que a receita tributária do município tem base de arrecadação menor em relação à do estado e da união, mais do que direito é uma obrigação dos municípios e a Administração Pública é responsável pelo lançamento, cobrança, arrecadação e inscrição da dívida ativa para a competente execução fiscal. As receitas tributárias atingem um compromisso bastante importante para uma administração e gestão municipal. Os municípios são organizados em departamentos e as receitas tributárias interna e externas são uma das partes mais importantes para o desenvolvimento eficiente e eficaz de uma cidade e Estado, com isso, as arrecadações contribuem para um bom funcionamento do Estado como um conjunto direto com as prefeituras de cada cidade, assim havendo o máximo de repasse possível para Educação, Saúde e segurança, escala de favorecimento direta a população.

Afonso (2010) evidencia que a receita tributária própria dos municípios é composta por impostos (Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU; Imposto sobre Serviço - ISS; Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI), taxas (exercício do poder de polícia e/ou utilização de serviço público específico e divisível) e contribuições de melhoria (tem seu fato gerador decorrente de obras públicas), cuja competência é atribuída constitucionalmente à esfera área de governo, desde que respeitadas as normas presentes na Constituição, bem como no Código Tributário Nacional, cada município organiza seu sistema de arrecadação em código tributário próprio.

Considerando que cada município possui suas características, deficiências e potencialidades, demonstrar importância de ações eficazes para aprimoramento da Fiscalização Tributária, visando o aumento da arrecadação de tributos em âmbito municipal e uma melhor execução do planejamento se faz necessário o conhecimento da legislação como também a inovação de soluções que auxiliam na gestão desses recursos. Camargo e Rodrigues (2021) afirmam que os tributos municipais são de extrema importância, pois com o valor de sua arrecadação pode-se investir na Melhoria da cidade beneficiando todos os cidadãos.

Tendo desde 2000 a Lei Complementar nº101, de 04/05 que visa regulamentar a tributação e o orçamento estabelecendo normas gerais de finanças públicas nas três esferas do governo: Federal, Estadual e Municipal. Propondo uma mudança cultural e institucional na administração dos recursos do Estado através do equilíbrio das contas públicas, servindo como um código de conduta para gestores públicos de todo o país.

2.5. Cariri Ocidental

Segundo Silva (2022), de acordo com o Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Território do Cariri Paraibano (2004), o território do Cariri possui 31 municípios, ocupando uma área de 12.316,6 Km, representando 21% da área do estado e geograficamente o cariri é dividido em cariri ocidental, cariri oriental, localizados no centro do espaço geográfico da Paraíba, seu clima é semiárido caracterizado pela baixa ocorrência de chuvas.

O Cariri Ocidental paraibano é composto por 17 municípios, Monteiro (30.852), Sumé (16.072), Taperoá (15.505), Serra Branca (12.971), Livramento (7.74), Camaláu (6.048), Congo (4.787), São João do Tigre (4.408), São João dos Cordeiros (3.607), Prata (4.265), Assunção (4.067), São Sebastião do Umbuzeiro (3.534), Ouro Velho (3.052), Amparo (2.264), Zabelê (2.269), Coxixola (1.948) e Parari (1.747). (IBGE, 2021).

Quadro 1. Classificação dos Municípios

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO ESTIMADA (2021)
Monteiro	33.638
Sumé	17.096
Taperoá	15.505
Serra Branca	13.807
Livramento	7.274
Camaláu	6.048
Congo	4.787
São João do Tigre	4.408
São João dos Cordeiros	3.607
Prata	4.265
Assunção	4.067
São Sebastião do Umbuzeiro	3.534
Ouro Velho	3.052
Amparo	2.264
Zabelê	2.269
Coxixola	1.948
Parari	1.747

Fonte: IBGE (2021)

2.6. As Três Cidades Vizinhas

As maiores cidades do cariri ocidental são Monteiro com aproximadamente 33.638 hab. est. (IBGE/2021) o PIB do Município de Monteiro em 2005 era cerca de R\$ 72.457 mil segundo o IBGE, com um PIB per capita de R\$ 17.272,04 (IBGE/2020). O segundo município mais populoso do cariri ocidental paraibano é Sumé, cerca de 36 km de Monteiro e sua população é estimada em cerca de 17.096 mil habitantes, (IBGE/2021) renda per capita R\$ 11.468,83 (IBGE/2020). Por último e fechando as três cidades circunzinhas do cariri ocidental vem o município de Serra Branca é um município brasileiro localizado na Região Geográfica Imediata de Sumé, estado da Paraíba. Sua população em 2021 foi estimada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 13.807 habitantes, distribuídos em 738 km² de área.

Quadro 2- Classificação dos municípios

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO ESTIMADA
Monteiro	33.638
Sumé	17.096
Serra Branca	13.807

Fonte: IBGE (2021)

3. METODOLOGIA

A metodologia usada nesse artigo foi baseada em questionários, no qual foi aplicado de forma remota utilizando como base o questionário de Ferraz (2019), adaptado a realidade dessa pesquisa, a coleta de dados ocorreu através da aplicação do questionário simples, contendo questões fechadas e abertas nas três cidades citadas no trabalho e por meio desses questionários feito com a população irá ser possível obter de forma mais construtiva a percepção dos mesmos. A pesquisa utilizou o método descritiva qualitativa com objetivo principal avaliar com são efetivas as distribuições dos impostos recolhido de cada município e a satisfação de cada cidade. Amado e Ferreira (2013) analisam que o procedimento qualitativo em uma pesquisa de campo, dentre outras pesquisas, busca racionalizar os objetivos da pesquisa com os sujeitos, ou seja, visa uma forma obter informações e resultados para o pesquisador sem que os participantes se excluam das reflexões elaboradas em questão.

A coleta de dados foi desenvolvida da forma;

- i. Seleção dos perfis da amostra com objetivos; Gênero, faixa etária, escolaridade, renda.
- ii. A forma de obter as respostas foi por meio de questionário por objetivo saber e entender a percepção da população acerca da contribuição e distribuição dos impostos pago ao município em forma específica. Foram elaboradas 09 perguntas, com uma adentro sobre qual cidade o cidadão reside, as perguntas são para ter a maior precisão da opinião do contribuinte sobre o tema tributo.

Segundo Gil (2008) que buscou descrever os passos para se elaborar uma pesquisa, o delineamento refere-se ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, que envolve tanto a diagramação quanto a previsão de análise e interpretação de coleta de dados. Entre outros aspectos, o delineamento considera o ambiente em que são coletados os dados e as formas de controle das variáveis envolvidas. Como o delineamento expressa em linhas gerais o desenvolvimento da pesquisa, com ênfase nos procedimentos técnicos de coleta e

análise de dados, torna-se possível, na prática, classificar às pesquisas segundo o seu delineamento.

3.1 População e Amostra

A pesquisa foi delimitada nas três cidades citada no trabalho, Monteiro, Sumé e Serra Branca com o objetivo de avaliar o conhecimento geral da população dos municípios. A população geral somada das três cidades são cerca de 64.541 mil habitantes.

3.2 Coleta de Dados

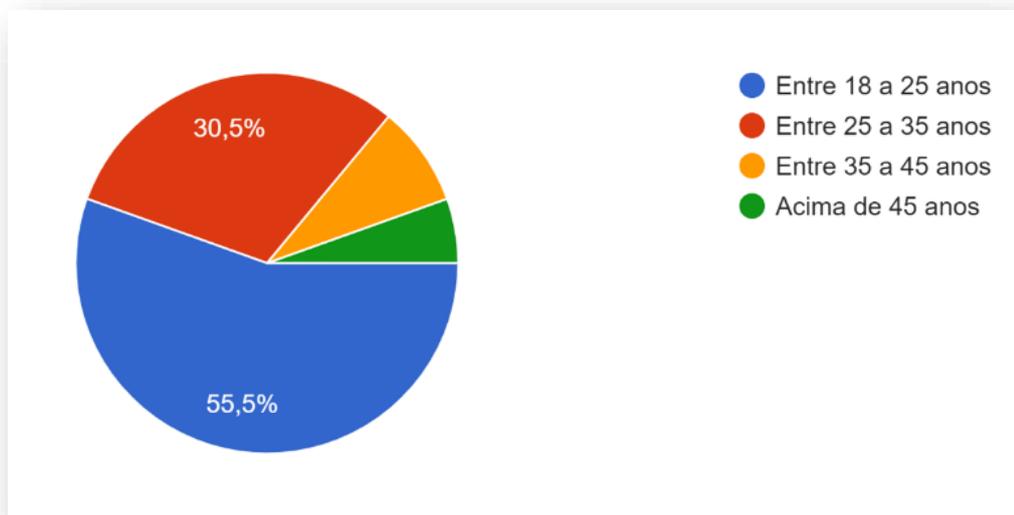
A coleta de dados se deu através de um questionário. O questionário foi aplicado de forma online através da plataforma *Googleforms*, por meio da disponibilização de um link enviado através de redes sociais com ajuda de colegas para a divulgação. O mesmo foi disponibilizado aos cidadãos no dia 22 de abril até o dia 10 de maio. O questionário foi aplicado nesses três municípios por meio da acessibilidade, ou seja, são foram as três cidades que mais são acessíveis para a pesquisa e o trabalho justifica a execução por meio online por questões financeiras e deslocamento para os municípios entrevistados. A amostra foi com cerca de 163 pessoas somadas das três cidades.

4. TRATAMENTO DOS DADOS

4.1. Perfil da Amostra

Em forma de gráfico foi avaliado o perfil dos corresponde das cidades em conjunto, os dados relativos à faixa etária, em seguida o gênero, logo depois o grau de escolaridade e por último para ter um melhor entendimento a cidade que reside como foi citado anteriormente. Todos os dados do perfil da amostra são importantes para que haja um entendimento mais claro e objetivo possível.

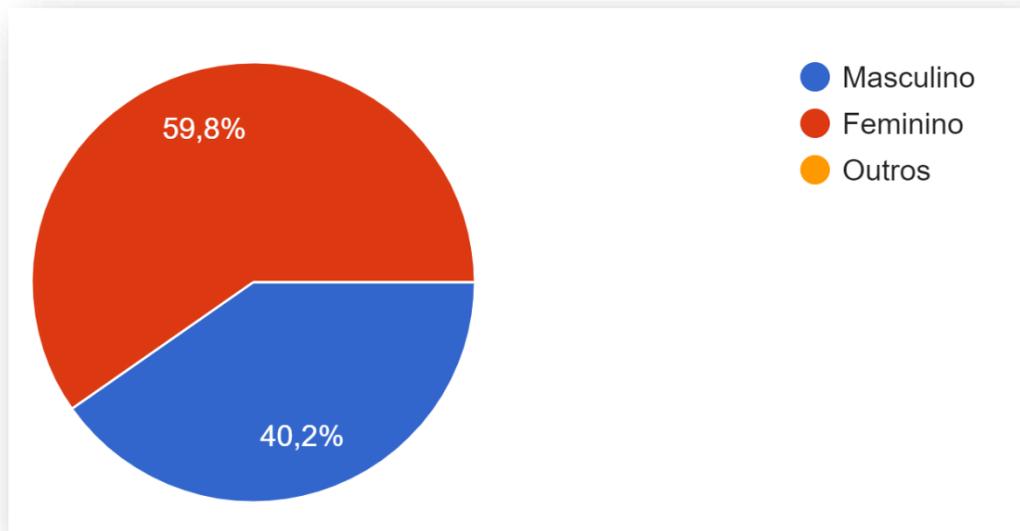
Gráfico 1- Faixa etária.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Como evidenciado no gráfico acima, cerca de 55,5 % têm idades entre 18 a 25 anos e a segunda maior porcentagem 30,5 % são entre pessoas com 25 a 35 anos e com 35 a 45 anos ficou aproximadamente 8,5 %, por último fechando a faixa etária se deu cerca de 5,5 % de cidadãos acima de 45 anos. A análise desses dados mostrou que a maioria das pessoas são pertencentes do grupo de “jovens”.

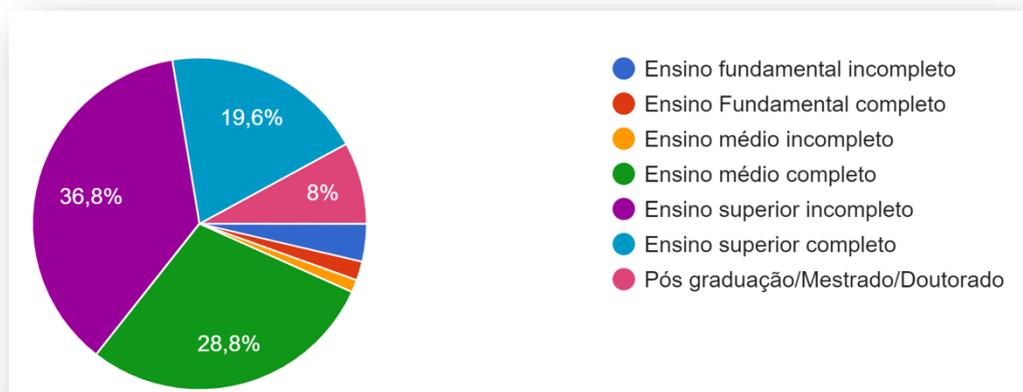
Gráfico 2- Sexo



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Em relação ao sexo, a maioria dos questionados foram do sexo feminino, com aproximadamente 59,8 % e 40, 2 % ficaram para o sexo masculino já que na pergunta de “outros gêneros” nenhuma pessoa respondeu, ou seja, não houve porcentagem alguma.

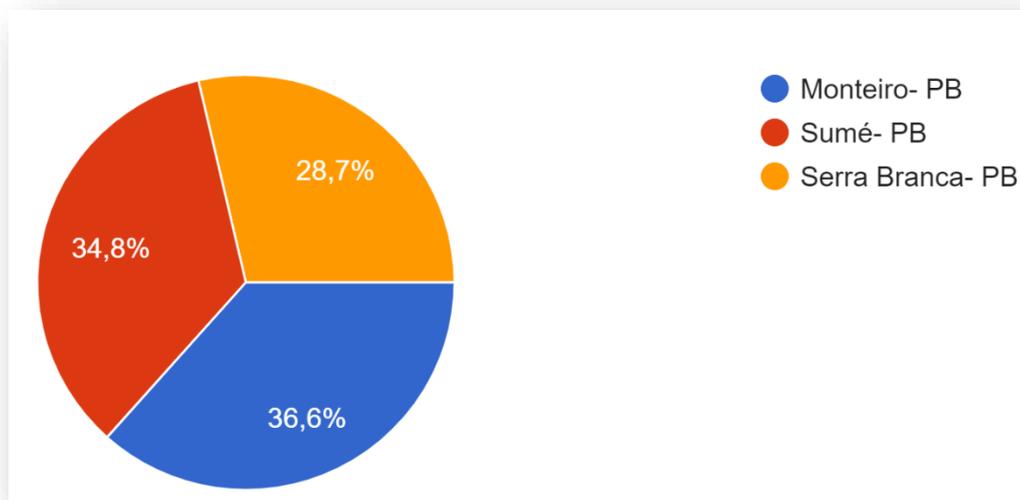
Gráfico 3- Escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Seguindo a ordem das perguntas, o grau de escolaridade visou obter mais precisão na base do conhecimento da população e foram colhidos os seguintes dados, 3,7% falaram que possuem o ensino fundamental incompleto, 1,8 possuem ensino fundamental completo; 28,8% informaram que possuíam ensino médio completo; 1,2 % não havia completado o ensino médio; 36,8 % declaram que possuíam o ensino superior incompleto; 19,6 % já haviam concluído o ensino superior completo; 8 % falaram ter ensino superior completo mais, pós-graduação, mestrado e doutorado.

Gráfico 4 - Cidade em que reside.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

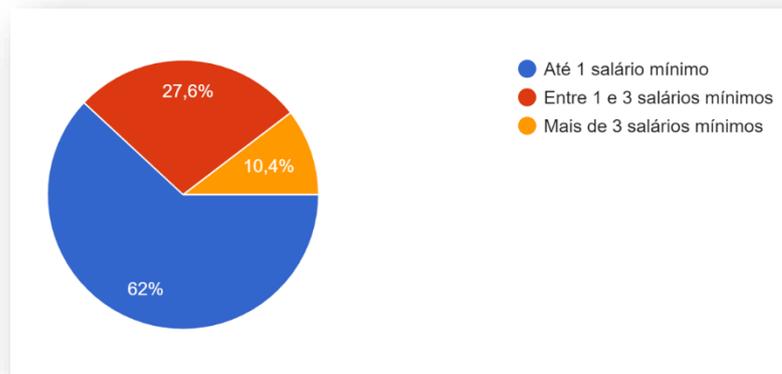
Para concluir o perfil da amostra dos dados coletados na aplicação do questionário, esta pergunta é de importância para verificar o equilíbrio dos residentes de cada cidade, pois poderia haver uma dúvida na quantidade de respostas em cada município da pesquisa, levando em consideração os fatos citados, cerca de 36,6 % são da cidade de Monteiro- PB, onde a sua população é consideravelmente maior em relação as outras duas cidades, e logo em seguida vem Sumé- PB com 34% 8% de respostas, por último vem Serra Branca com 28, 7% onde o conhecimento para a divulgação era menos que nas outras cidades, assim como sua população também é menor em comparação as mesmas.

4.2 Dados Objetivos da Pesquisa

Analisando de forma mais específica sobre o tema, tem-se abaixo os resultados obtidos acerca das questões que evidenciam a percepção dos respondentes. O presente trabalho potencializa as políticas públicas, Portanto, Leitão (2011) enfatiza que as políticas públicas são programas estatais que visam dar efetividade aos direitos fundamentais que se mostrem indispensáveis ao bem-estar social do indivíduo. Sendo tais políticas desenvolvidas

pelo Poder Legislativo e na maioria das vezes de forma objetiva pelo Poder Executivo. Desta maneira, todos os elementos que constituem as políticas públicas devem ser diuturnamente avaliados e controlados para que alcancem suas finalidades.

Gráfico 5 - Renda.

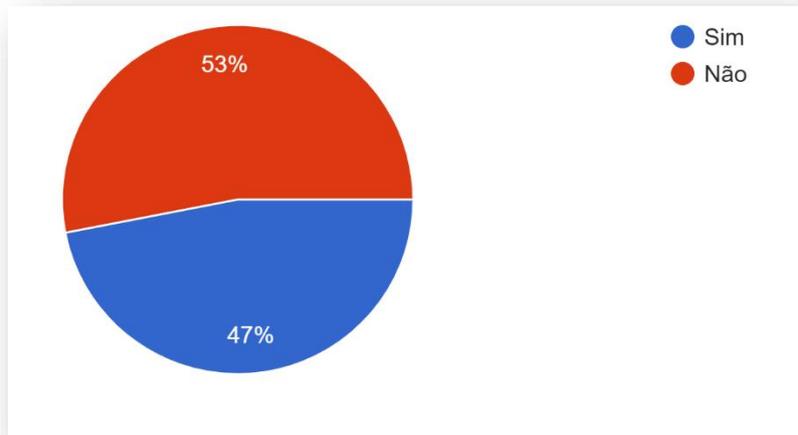


Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

O primeiro ponto mensurado foi a renda, segundo Saringer (2023) a média do brasileiro ficou em R\$ 2.853,00 no primeiro trimestre desse ano, algo que não se comprova quando se analisa o gráfico acima que traz como percentual de 62% dos respondentes evidenciam que sua renda é até um salário-mínimo que hoje no Brasil é de R\$ 1.320,00, entre 1 a 3 salários-mínimos obteve 27,6% da amostra colhida, seguida de 10,4% disseram que possuem mais de 3 salários-mínimos como renda.

No que tange o mercado de trabalho e renda no Brasil, aborda-se uma questão delicada e complexa, pois o país está cada vez mais em busca da sua instabilidade financeira e social, mas ainda assim, tem várias problemáticas que correspondem para grande parte da taxa de desemprego e desigualdade social. Para Saboia (2021) uma das consequências do aumento da informalidade é a redução da contribuição previdenciária e todas as consequências de longo prazo decorrentes. A taxa média de contribuição para a previdência social no Brasil é bastante reduzida, e apenas duas de cada três pessoas ocupadas são contribuintes.

Gráfico 6 - Você conhece o portal de transparência do seu município?

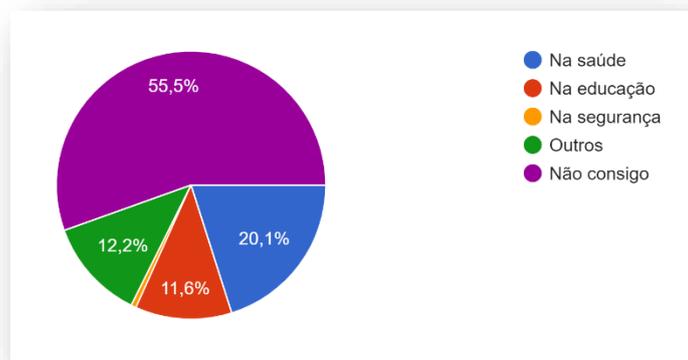


Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Os Portais de Transparência foram instituídos a partir de Lei de Responsabilidade Fiscal de 04 de maio de 2000 e tem como objetivo informar ao cidadão onde estão sendo gastos suas contribuições, essa ferramenta auxilia o cidadão e o estado no controle das suas despesas. Como reflexo dessa lei o gráfico acima questiona os respondentes acerca do conhecimento do mesmo evidenciando que 53% dizem que conhecem o Portal de Transparência do seu município e logicamente 47% dizem que não conhecem o mesmo.

A exemplo da construção desta própria pesquisa, os portais de transparência das prefeituras de Monteiro, Sumé e Serra Branca, houve uma dificuldade em achar a (LOA) das mesmas, mas com ênfase na prefeitura de Sumé, pois não obteve nenhuma informação sobre a (LOA), declarando que o navegador “ Google Chrome” não tem capacidade para abrir arquivos disponibilizado pelo portal de transparência, ou seja, o cidadão pode até ter conhecimento que existe esse tipo de prestação de contas, mas não consegue facilidade no acesso dos mesmo.

Gráfico 7- Você consegue identificar para onde é destinado a maior parte das contribuições arrecadadas?

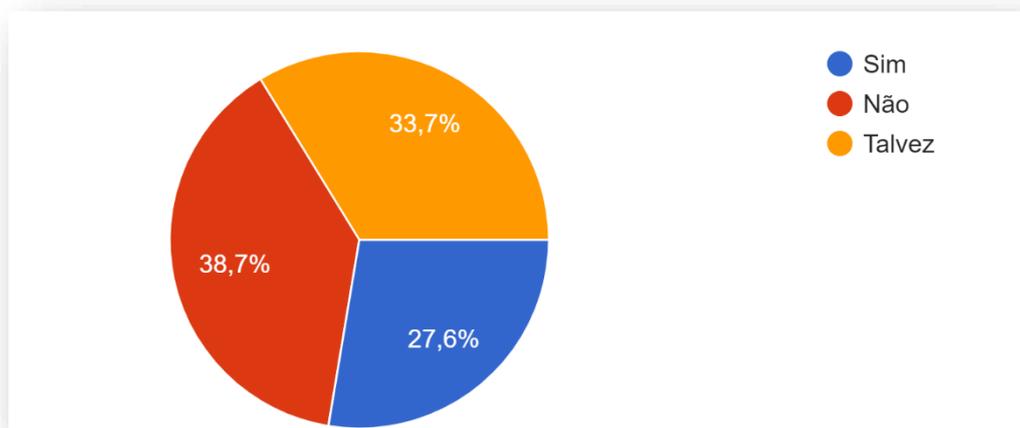


Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

O gráfico 06 evidências para onde é destinado a maior parte das contribuições arrecadadas, e entre as opções elencadas 55,5% disseram que não conseguem ver para onde vão as arrecadações do seu município, 20,1% dos respondentes dizem que veem na saúde, 12,2% em outros (não informado) e 1,6% na educação. O sistema SUS de saúde notoriamente é indispensável para um país como o Brasil, onde a fome ainda mata pessoas, mas como em qualquer sistema que envolve gestão pública há deslizes e corrupção por parte dos poderes maiores.

Então Leitão (2011) menciona que em outros casos, a Constituição Federal assevera nos artigos 196 e 198, por exemplo, a saúde como um direito de todos os cidadãos a ser prestado pelo Estado por intermédio de um sistema único que albergue todos os entes da federação. A competência para efetivação deste importante direito fundamental é comum da 20 União, Estado, Municípios e Distrito Federal, de acordo com o art. 23, inciso II, da CF.

Gráfico 8- Você sabe para onde é destinado os seus impostos municipais?

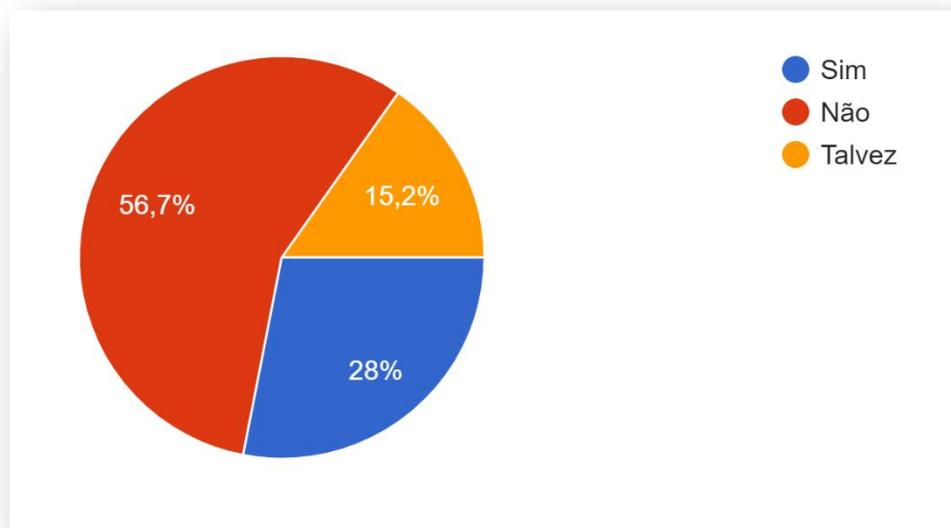


Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

No gráfico acima (07) traz a questão sobre se a população entrevistada tinha conhecimento para onde seus impostos arrecadados no próprio município e de ordem municipal eram destinados e obteve a maior porcentagem na afirmação que (Não) sabia para onde vai, com cerca de 38,7% um número relativamente importante e expressivo em relação ao conhecimento e afirmação na resposta (Sim) que ficou com 27,6 %, pois onde as fontes de informações e tecnologias circulam notícias cada vez mais rápido, atingindo grande parte da sociedade mundial, trazendo em grande maioria conhecimentos.

Portanto, para completar os 100% das respostas, 33,7 expressou que (talvez) saiba para onde os impostos pago direto ao município é empregado. Para Nunes (2013) A contabilidade, na administração pública, tem a importante função de evidenciar as atividades do governo, através dos lançamentos de relatórios, sempre prezando pela fidelidade as normas contábeis e de acordo com a legislação, para que de forma transparente, possam ser apreciados por todos os atos da administração.

Gráfico 9- Você conhece quais são as competências dos tributos na esfera municipal?



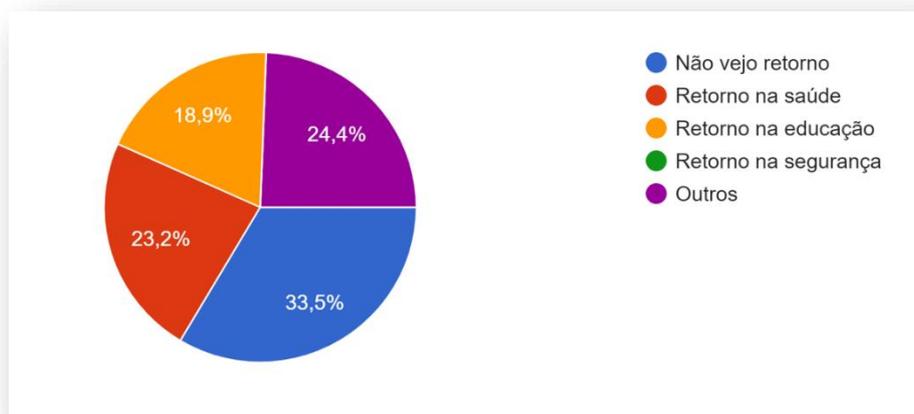
Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

O gráfico 08 questiona aos respondentes se eles têm o conhecimento das competências dos tributos municipais discriminados no referencial desse trabalho. E com 56,7% dizem que não conhecem qual a competência desses tributos, 28% possuem conhecimento acerca desse ponto e 15,2% responderam que “talvez” saibam sobre a competência. Considerando uma quantidade pequena de impostos de competência municipal os conhecimentos acerca deles deveriam ser mais expressivos.

Nota-se então uma falha tanto no interesse das pessoas em procurarem informações e conhecimentos sobre tais assuntos que por sentido fazem total diferença na qualidade de vida da sociedade em geral, pois quanto mais conhecimento, mais revolução, como cita em uma de

suas palestras, Beatriz, (2023) “eu não conheci nunca algo mais revolucionário do que o conhecimento”.

Gráfico 10- Você consegue identificar em qual âmbito esses impostos são voltados para a sociedade?



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Por fim, o gráfico 09 mensura para qual setor da sociedade esses impostos são destinados. Como o maior percentual 33,5% os participantes não enxergam retorno em nenhum setor específico, 24,4% escolherem outros (não informado), a saúde foi a escolha feita por 23,2% e com 19,8% de respostas enxergam o retorno na educação. Setores primordiais para que a sociedade cumpra seu papel, não são enxergados pelos respondentes que desconhecem de ferramentas que o auxiliem na compreensão do tema ou por falta de interesse dos mesmo sobre a temática trabalhada.

Nesse sentido Silva (2017) evidencia que a participação popular é algo que legitima uma democracia, de forma que tal faculdade possui um significado especial para países, a exemplo do Brasil, que saiu de um regime ditatorial e atualmente vive um novo momento político, caracterizado pela participação da sociedade nas diferentes esferas do poder público.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou consistir e investigar as implicações da percepção da população e a forma que os cidadãos visualizam a distribuição dos tributos em seus municípios nas três cidades vizinhas do cariri ocidental paraibano, além, disso verificou-se um certo desconhecimento sobre a temática abordada na pesquisa, o que por sua vez, reforça a certeza de que as políticas públicas no Brasil são precárias e a população não busca os seus direitos a partir das informações publicadas em seus portais, com exceção da cidade de Sumé-PB que não facilita suas notícias.

O poder aquisitivo interfere indiretamente na arrecadação de tributos, pois levando em consideração que quanto mais se recebe mais poder de compras se tem para gerar a economia da cidade e da região. O mercado de trabalho no Brasil vem dia após dia mais difícil de controlar, pois com o avanço de empregos informais, mão de obra barata só reforçam a pobreza, fato estes que dentre as alternativas do gráfico 04 a maioria das pessoas são recebem até um salário-mínimo, porcentagem expressiva com cerca de 62%. Trazendo mais dados, o conhecimento das pessoas entrevistadas acerca dos portais de transparência de sua cidade é aproximadamente 53%, mas levando para uma reflexão a porcentagem não foi tão elevada.

Em um dos mais importantes do trabalho foi a questão sobre se os questionados sabem para onde vai a maior parte das contribuições arrecadadas e um número intenso não consegue enxergar para onde é destinado essas verbas com 55,5% e em segundo lugar ficou a saúde como sendo beneficiário destas verbas públicas. No quesito se os mesmos sabem para onde são destinados seus impostos, a maioria 38,7% não sabe para onde vai e 33,7% falaram que talvez saiba e uma pouca parte 27,6%, sabe. No gráfico 08 apresenta a abordagem da compreensão no aspecto das competências na esfera municipal 56,7% não sabem qual são os impostos cabeis do município e 28% possuem conhecimento acerca desse ponto. No tocante há como os indivíduos se manifestam em como são voltados os impostos para a sociedade em geral, aproximadamente 33,5% os participantes não enxergam retorno em nenhum setor específico, 23,2% ver retorno na saúde, 18,9% relatam que a educação tem sua posição importante nesse setor e 24,4% acham que “outros” âmbitos ocupados essa organização.

Recomenda-se para pesquisas futuras efetuar o experimento pessoalmente com questões que sejam mais específicas para discussões relevantes e abertas para que a pessoas questionada possa da sua opinião de forma mais expressiva acerca do tema, aumentar a quantidade de municípios analisados para que se tenha um dado mais concreto sobre a

realidade tributária dos mesmos como também analisar os índices de transparência municipal das suas receitas e despesas utilizando os Portais de Transparência.

Por fim, no desenvolver deste trabalho foi tratado sobre o Sistema Tributário Brasileiro, quais os tipos de tributos e para concluir foi apresentado as análises das perguntas ofertadas no questionário aplicado, o que proporcionou o embasamento de todas as informações. O desconhecimento, falta de comunicação, carga tributária alta para a média de salarial atual do Brasil, formam um conjunto que certamente não corresponde com a expectativa de uma nação politicamente sábia e de boas gestões políticas.

REFERENCIAIS

BORBOSA, Lucas Martins **Receita Tributária: Uma análise representativa do Imposto predial e territorial urbano (IPTU) sobre a arrecadação total do município de Joao pessoa do Estado da Paraíba.** Disponível: TCC - LUCAS BARBOSA DUARTE (uepb.edu.br) Acesso em: 18/07/2022

JUNIOR, Romeu felix Menin. **A reforma tributária Brasileira: Uma análise principiológica das propostas de reforma do sistema tributário Brasileiro.** Disponível: Vista do A REFORMA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE PRINCIPIOLÓGICA DAS PROPOSTAS DE REFORMA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO (processus.com.br) Acesso em: 18/07/2022

SANTOS, Rafael Durão dos. **Sistema tributário nacional: efeitos de um sistema regressivo de participação.** Disponível: Sistema tributário nacional: impactos de um sistema regressivo de tributação (unifesp.br) Acesso em: 18/07/2022

Sistema Tributário na Constituição de 1988: Tributação Progressiva. Sistema Tributário na Constituição de 1988: Tributação Progressiva - KIYOSHI HARADA - Google Livros, SANTOS, Jaqueline Alves. **A importância da fiscalização tributária em âmbito municipal: Um estudo na prefeitura de Itaberá no estado de São Paulo.** Disponível: 18847-livro-gp_versao_site.pdf (editorazh4.com.br) Acesso em: 18/07/2022

VEIRA. Bruno Soeiro. **A moratória de tributos municipais em tempos de pandemia: um estudo de caso.** Disponível Vista do A moratória de tributos municipais em tempos de pandemia: um estudo de caso (presidencia.gov.br) Acesso em: 18/07/2022

Ferreira, Amanda Rafaelle Barros. **Trajetória e evolução da administração tributária do município de Arapiraca de 2013 a 2019.** Disponível: aTrajetória e evolução da administração tributária do município de Arapiraca de 2013 a 2019 (ufal.br) Acesso em: 18/07/2022

A importância da fiscalização tributária em âmbito municipal: **Um estudo na prefeitura de Itaberá no Estado de São Paulo.** Disponível: https://www.editorazh4.com.br/assets/uploads/arquivo/18847-livro-gp_versao_site.pdf#page=7 Acesso em: 18/07/2022

BORBOSA, Lucas Martins **Receita Tributária: Uma análise representativa do Imposto predial e territorial urbano (IPTU) sobre a arrecadação total do município de Joao pessoa do Estado da Paraíba.** Disponível: TCC - LUCAS BARBOSA DUARTE (uepb.edu.br) Acesso em: 18/07/2022

Silva, Laudilene Barboza. **Inovação e diversificação na produção de queijos artesanias no cariri Paraibano.** Disponível: PDF - Laudilene Barboza Silva.pdf (uepb.edu.br) Acesso em: 18/07/2022

Prefeitura de Monteiro- Pb, história. Disponível: <https://www.monteiro.pb.gov.br/historia/> Acesso em: 18/07/2022 <[ume.pb.gov.br/historia/](http://www.ume.pb.gov.br/historia/)> Acesso em: 18/07/2022: **Prefeitura de Serra Branca-PB.** Disponível. <http://www.serrabranca.pb.gov.br/historia/> Acesso em: 18/07/2022

Silva, José Eduardo. A PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE A APLICABILIDADE DOS TRIBUTOS NO ÂMBITO MUNICIPAL: **O Caso de Sumé, Estado da Paraíba.** Disponível: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/4717/3/JOS%20EDUARDO%20DA%20ROCHA%20SILVA%20TCC%20GEST%20P%20>

BLICA%202017.pdf Acesso em: 18/07/2022 Portal do IBGE. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 22/03/2023

GROUP, tax. Imposto, taxa e contribuição: quantos tipos de tributos existem no Brasil? **.TaxGroup**, 2023. Disponível em: <https://www.taxgroup.com.br/intelligence/imposto-taxa-e-contribuicao-quantos-tipos-de-tributos-existem-no-brasil/#inicio> . Acesso em: 30/03/2023.

FERRAZ, Ariana Candisse Pires. **Percepção sobre o uso da informação contábil dos empresários do comércio de combustíveis versus profissionais contábeis: um estudo comparativo no município de Serra Branca – PB.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2019. Acesso: 04 de abril 2023.

<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/10598/THA%c3%8dS%20WALK%c3%8dRIA%20DA%20SILVA%20QUIRINO%20-%20TCC%20GEST%c3%83O%20P%c3%9aBLICA%202019.pdf?sequence=1&isAllowed=y> > QUERINO, Thais Walkiria silva. **Um estudo sobre a estrutura do controle interno nos municípios do Cariri Ocidental Paraibano.** Trabalho de conclusão de curso (graduação em gestão pública) - Universidade Federal da Paraíba. Acesso: 06 de abril 2023.

Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. (2016). **Cartilha de Orientações sobre Controle Interno.** Disponível em: <<https://tce.pb.gov.br/publicacoes/publicacoes-1/cartilha-de-orientacoes-sobre-controle-interno/cartilha-controle-interno-tce-pb.pdf>> . Acesso em: 06 novembro de 2023.

SANTOS, Ana Paula Selhorst dos, NOVAK, Maricleia Aparecida Leite, SOSLI, Marlikua. **Um Estudo Comparativo sobre a Atuação do Controle Interno em Pequenos Municípios do Cariri Ocidental Paraibano.** ABCustos, São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, v. 17, n. 3, p. 223-250, set./dez. 2022.

GUIMARÃES, D. T. **Dicionário compacto jurídico.** 14. ed. São Paulo: Rideel, 2011.

BARRETO. C. R. **TAXA.** A Enciclopédia Jurídica é editada pela PUCSP. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SARINGER, Giuliana. **Após três anos, renda do brasileiro ainda não retomou nível pré-pandemia.** OUL Economia, 2023. São Paulo. Disponível em: <[THEODORICO, Priscylla Medeiros. ISSQN: Um estudo sobre a arrecadação dos \(cinco\) maiores municípios mais populosos da Paraíba. Acesso em: 30 maio de 2023.](https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/04/02/rendimento-medio-nao-supera-nivel-pre-pandemia.htm#:~:text=O%20que%20aconteceu-,O%20sal%C3%A1rio%20m%C3%A9dio%20dos%20brasileiros%20ficou%20em%20R%24%202.853%20no,detalhes%20no%20gr%C3%A1fico%20mais%20abaixo).> Acesso em: 11 de maio de 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

AMADO, João; FERREIRA, Sônia. **A entrevista na investigação educacional. Manual de investigação qualitativa em educação,** p. 207-232, 2013.

NUNES, Luciana. Tributos municipais: **um estudo sobre a arrecadação dos impostos locais no Município de Soledade/RS.** Acesso em: 01 de junho de 2023.

BARBOSA, Dra. Ana beatriz Barbosa Título do vídeo revolucione sua vida através do conhecimento. YouTube, 03 de março de 2023. Disponível em: Revolucione sua vida através do conhecimento | ANA BEATRIZ #shorts. Acesso em: 01 junho de 2023.

SABOIA et al. **Mercado de trabalho, salário-mínimo e distribuição de renda no Brasil no passado recente**; Rev. Econ. Contemp., v. 25, n. 2, 2021, e212521. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/PfsVrtZPhMvPFv8hsD8R4fk/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 01 junho 2023.

LEITÃO, Marcell Braga. Judicialização das políticas públicas socais. Disponível em: <https://ri.unipac.br/repositorio/wp-content/uploads/2019/02/MARCELL-BRAGA-LEIT%C3%83O.pdf>. Acesso em: 01 julho de 2023.

APÊNDICE

APÊNDICE QUESTIONÁRIO APLICADO PARA PESQUISA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO:/PB

PESQUISADORA: Arielle da Silva Clementino

PROFESSOR ORIENTADOR: Gilberto Franco de Lima Junior

A PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO ACERCA DA CONTRIBUIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS TRIBUTOS MUNICÍPAIS: UM ESTUDO DAS TRÊS CIDADES VIZINHAS DO CARIRI OCIDENTAL PARAIBANO

Prezado cidadão, este questionário é parte integrante da pesquisa intitulada: A percepção da população acerca da contribuição e distribuição dos impostos nas cidades: Um estudo das três cicunzinhas do Cariri Ocidental Paraibano. Tem como finalidade coletar dados que servirá de base para a produção de um Trabalho de Conclusão de Curso - TCC para o Curso de Ciências Contábeis – UEPB – Campus – VI – Poeta Pinto do Monteiro. Não há a necessidade de identificação do respondente. Desde já agradecemos por sua colaboração. Atenciosamente, Arielle Da silva Clementino.

BLOCO I - CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS CIDADÃOS

1- **Idade:**_____

2- **SEXO:** Feminino () Masculino ()

3- **Renda:**_____

4- **Escolaridade:**

Ensino fundamental incompleto

Ensino Fundamental completo

Ensino médio incompleto

Ensino médio completo

Ensino superior incompleto

Ensino superior completo

Pós graduação/Mestrado/Doutorado

5- **você conhece o portão de transparência do seu municio, sim, sabe usar?**

Sim () não ()

6- **Você consegue identificar para onde é destinado a maior parte das contribuições arrecadadas?**

Retorno na saúde

Retorno na educação

Retorno na segurança

Outros não consigo

7- Você sabe pra onde é destinado os seus impostos municipais?

Sim () Não () Talvez ()

8- Conhece quais são as competências dos tributos na esfera municipal?

Sim () Não () Talvez ()

9- Você identificar em qual âmbito esses impostos são voltados para a sociedade.

Não vejo retorno

Retorno na saúde

Retorno na educação

Retorno na segurança

Outros

10- Cidade em que reside.

Monteiro- PB

Sumé- PB

Serra Branca- PB

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, pela saúde e força para chegar até aqui. Agradeço em segundo lugar aos meus pais, Josefa Pereira da Silva e Arimatea Clementino de Sales por tudo que já fizeram por mim, por sempre estarem do meu lado, nunca me abandonar e pelos esforços financeiros e emotivos para me sustentar durante esses quatro anos de curso em Monteiro, vocês são a base de tudo da minha vida. Gostaria de agradecer aos meus avós maternos (in memoriam) Maria Farias Ramos e Sebastião Pereira por terem existido na minha vida e terem me dado todo amor, carinho e cuidado na minha infância, sempre estarão comigo e quero honrá-los sempre em ser a primeira neta a ter um curso superior. Sempre presentes em meu coração.

Aos meus amigos de adolescência, mais precisamente Iarles de Assis, gostaria de expressar minha eterna gratidão pela força que você me transmite, sem dúvidas você é essencial na minha vida e, Anna Laysa Alexandrino sou muito grata por você existir na minha vida também, e aos meus amigos em nome de Aline Santos, Kalliny Silva, Sara Silva, Hortência Alcântara, Maria Eduarda Pereira, Pedro Guilherme Pires, Nilo cândido, Pamela Cavalcante, Andressa Vitoria, Mirelle Oliveira e dentre outros tantos que fiz durante essa minha jornada acadêmica, meu muito obrigada por serem minha família em tantos momentos e principalmente quando a saudade da minha apertava e eu estava distante, vocês me ensinaram a ser uma pessoa melhor, crescer como ser humano e profissional.

Universidade Estadual da Paraíba, Campus VI, Monteiro-PB, que equipe maravilhosa, cheia de profissionais que só me inspiraram. Aos meus professores que sempre me incentivaram a nunca desistir e ir em busca dos meus sonhos e realizações, obrigada! Agradeço também de forma muito especial ao meu professor e orientador, Gilberto Franco de Lima Júnior por ter me orientado durante essa minha pesquisa, pelo incentivo e palavras de construção. As professoras da minha banca Adria e professora Mauricéia Carvalho, obrigada por ter aceito o convite.

Por fim, agradeço a mim mesma por nunca ter desistido dos meus sonhos e objetivos de vida, pela construção do ser humano que me tornei e venho me tornando cada dia mais. Entrei na universidade uma menina e sai uma mulher. No mais, agradeço a todos que citei, levarei vocês eternamente no meu coração com muito amor e carinho.